

Caso n.º 7

Atente à seguinte hipótese:

1. Após a aprovação do Orçamento de Estado para 2012, o Governo vê-se confrontado com uma onda de contestação social devido às medidas de contenção orçamental e ao aumento dos impostos. Na sequência dessa contestação, o Governo decide apresentar uma moção de confiança, tendo anunciado que necessitaria de uma maioria absoluta para se manter em funções. A moção de confiança foi votada favoravelmente por 110 Deputados, onde se incluíam 15 Deputados eleitos pelo partido Y, que tinham entretanto anunciado a desvinculação a esse partido e a formação de um novo partido, votada desfavoravelmente por 70 Deputados, tendo existido 50 abstenções.
2. No dia seguinte, o Primeiro-Ministro anunciou que não se encontravam reunidas as condições para governar, tendo apresentado o seu pedido de demissão ao Presidente da República. Este, após ter ouvido o Conselho de Estado e o Tribunal de Contas, decidiu não aceitar o pedido de demissão. O Primeiro-Ministro anunciou que se recusava a continuar a governar e que suspendia a actividade do Governo.
3. Tentando resolver a situação, o grupo parlamentar do partido que sustenta o Governo apresenta uma moção de censura, que é aprovada por 200 votos a favor. O Presidente da República considera a situação uma fraude à Constituição e demite-se. Após dois mandatos presidenciais, decide recandidatar-se, indicando o Presidente do Tribunal Constitucional como o seu substituto durante a campanha eleitoral.
4. As eleições presidenciais ocorreram a 23 de Janeiro de 2012, tendo o anterior detentor do cargo sido eleito para novo mandato presidencial. No dia seguinte à sua eleição, o Presidente da República decide dissolver de imediato a Assembleia da República pela prática de actos inconstitucionais, tendo anunciado que as eleições se realizariam dentro de 6 meses de acordo com regras a divulgar por decreto presidencial.

O Presidente da República tomou posse no mês seguinte e, como o Governo se mantinha com a actividade suspensa, decidiu igualmente que, até às eleições, presidiria aos Conselhos de Ministros, nomeando entretanto um Governo interino. Para esse Governo nomeou independentes da sua confiança como Ministros das Finanças, da Economia e da Defesa, mantendo os restantes em funções.

Direito Constitucional I

- a) A moção de confiança prevista no n.º 1 foi aprovada? (2 valores)
- b) As acções do Presidente da República e do Primeiro-Ministro descritas no n.º 2 são conformes à Constituição? (2,5 valores)
- c) Tem razão o Presidente da República em considerar a situação descrita no n.º 3 uma fraude à Constituição? (2 valores)
- d) São legítimos os restantes actos do Presidente da República descritos no n.º 3? (1,5 valores)
- e) Comente a actuação do Presidente da República descrita no n.º 4. (4 valores)